

ÍNDICE

Nota de abertura	9
Lista de Abreviaturas	11
Jurisprudência Seleccionada	13
Jurisprudência Seleccionada do Supremo Tribunal Administrativo	13
Jurisprudência Seleccionada do TJCE	17

PARTE I

CAPÍTULO I O ENSINO DO DIREITO FISCAL NA FACULDADE DE DIREITO DA UP

1. O objecto	23
2. Método e objectivos	25
2.1 O processo pedagógico	25
2.2 O método de avaliação	26
2.3 Objectivos	26

CAPÍTULO II OS IMPOSTOS PORTUGUESES

1. Introdução	29
2. A definição de imposto e os fins da tributação	30
2.1 Breves considerações sobre o conceito de taxa, preços e rendas sociais ..	32
2.1.1 O conceito de taxa	32

2.1.2 Sobre a distinção taxa/preço 'público'	33
2.1.3 A equivalência dos conceitos 'tarifa' e 'preço'	34
2.1.4 A distinção taxa/preço: considerações doutrinárias e jurisprudenciais nacionais	34
2.1.5 A definição de preço: preços 'públicos' e preços 'privados'	35
2.1.6 A questão das 'Rendas Sociais'	35
3. A interpretação e integração da lei fiscal	36
4. As classificações de impostos	39
5. A técnica fiscal: incidência, taxas, liquidação e pagamento	40
5.1 A incidência	40
5.2 As taxas	41
5.3 A liquidação	41
5.4 O pagamento	42
6. A responsabilidade fiscal	43
7. As reformas fiscais: breve perspectiva histórica	44
7.1 A dimensão internacional	44
7.2 A dimensão nacional	45

CAPÍTULO III PRINCÍPIOS FISCAIS

1. Introdução	49
2. Classificação e definições	50
3. O princípio da neutralidade	51
4. O princípio da equidade	52
5. O princípio da não-discriminação	54
6. O princípio da territorialidade	56
7. O princípio da residência	57
8. O princípio da nacionalidade	58
9. O princípio da transparência	59
10. O princípio da simplicidade	61
11. O princípio da reciprocidade	62
12. O princípio da eficiência	63

CAPÍTULO IV OS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

1. O IRS	65
1.1 Introdução	65
1.2 Deduções e abatimentos	66

1.3 As taxas	67
1.4 A colaboração do contribuinte	69
2. O IRC	70
2.1 Introdução	70
2.2 Matéria colectável e lucro tributável	71
2.3 A dedutibilidade de custos	73
2.4 O regime das reintegrações e amortizações	74
2.5 Os prejuízos fiscais	75
2.6 Os dividendos	76
2.7 Isenções	77
3. A tributação do rendimento: noções fundamentais	78
3.1 Os sujeitos passivos	78
3.2 O estabelecimento estável	79
3.3 O regime da transparência fiscal	80
3.4 As actividades ilícitas	81
3.5 A base tributável	81
3.6 O conceito jurídico-económico de 'realização'	84
3.7 Diferimento e tributação das mais-valias	90
4. A tributação dos lucros: os sistemas fiscais	94
4.1 Introdução	94
4.2 O conceito de 'integração'	96
4.3 As desvantagens da 'integração'	98
4.4 Em busca de um sistema fiscal moderno	199
4.5 O sistema clássico	101
4.6 Sistemas de Imputação	104
4.7 Sistemas de Isenção	109
4.8 Sistema de Dedução	110
4.9 A proposta ACE	111
4.10 Sistema de Cash-Flow	113
5. As medidas anti-abuso	116
5.1 Introdução	116
5.2 Os preços de transferência	120
5.2.1 A definição de sujeito passivo	121
5.2.2 Determinação do valor dos bens ou serviços: instrumentos úteis	123
5.2.3 A Questão da Interpretação e Aplicação do Artigo 58 do CIRC	124
5.2.4 O princípio da independência e a situação de relações especiais: harmonia ou conflito?	125
5.2.5 A escolha do método para determinação do preço de transferência: um falso problema?	126

5.2.6 O problema do ónus da prova	128
5.2.7 Ónus da prova e o preço comparável de mercado	130
5.2.8 A Perspectiva Internacional	132
5.2.9 Futuros Desenvolvimentos	133
5.3 A Subcapitalização	134
5.3.1 Introdução	134
5.3.2 Tendências recentes no sistema fiscal português	136
5.3.3 O regime português de subcapitalização	138
5.3.4 A escolha do coeficiente de endividamento/capital próprio ..	139
5.3.5 A dimensão internacional	140
5.3.6 O princípio da não-discriminação	143
5.3.7 Conclusões	144
6. A segurança social: considerações fiscais	146
6.1 Introdução	146
6.2 Os três pilares	147
6.2.1 O Primeiro Pilar	147
6.2.2 O Segundo Pilar	150
6.2.3 O Terceiro Pilar	154
6.3 As contribuições obrigatórias para a segurança social e a sua natureza	159
6.4 Os regimes gerais de segurança social: o caso do trabalho indepen-	165
dente	
6.5 Possíveis soluções para o futuro	172

CAPÍTULO V OS IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO

1. Os Impostos Aduaneiros	181
1.1 A perspectiva histórica	181
1.2 Conceitos fundamentais do Código Aduaneiro Europeu	182
1.2.1 Classificação pautal	184
1.2.2 Origem das mercadorias	185
1.2.3 Valor aduaneiro	185
1.2.4 Destinos aduaneiros	186
1.3 Desenvolvimentos recentes	187
2. Os IEC	188
2.1 Introdução	188
2.2 Incidência subjectiva	190
2.3 Facto gerador e exigibilidade	192
2.4 Isenções comuns	194
2.5 Taxas	194

2.6 As obrigações fiscais	195
2.7 A importância da política ambiental	196
3. O IVA	198
3.1 Breve perspectiva histórica	198
3.2 Objecto e âmbito de aplicação	201
3.3 Sujeitos passivos	202
3.4 A base tributável	205
3.5 A localização das operações tributáveis	209
3.6 A exigibilidade do imposto	211
3.7 O valor tributável	213
3.8 As taxas	218
3.9 As isenções	219
3.10 As deduções	222
3.11 As obrigações fiscais	227
3.12 Os regimes especiais	229

CAPÍTULO VI OS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO

1. Aspectos internacionais	233
2. A noção de património	234
3. A noção de valor patrimonial tributário	234
4. Os impostos sobre o património: IMI/IMT/Imposto de Selo (IS)/Der-	
rama/Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)	235
5. A reforma fiscal	237
6. Os impostos sobre o património imobiliário – IMI/IMT/IS – Breve	
introdução	237
7. A tributação do imobiliário em sede de IVA	240
8. A tributação do imobiliário em sede de impostos sobre o rendimento	
(IRC/IRS)	241
9. Dos benefícios fiscais concedidos ao sector imobiliário	241
10. Alguns casos de duvidosa constitucionalidade	242

CAPÍTULO VII OS BENEFÍCIOS FISCAIS

1. Introdução	245
2. Os benefícios fiscais: definições	246
3. A 'causa social' e o papel das entidades não lucrativas	247
3.1 As Organizações Não-Governamentais (ONG(s))	247

3.2 As Formas Jurídicas Adoptadas pelas Organizações Não-Governamentais	249
3.3 O Tratamento Jurídico-Fiscal das ONG(s) no Contexto Europeu ...	251
3.4 Breves Considerações de Direito Fiscal Internacional	256
3.5 Conclusões	259
4. I&D (Investigação e Desenvolvimento) – Regime fiscal	260
4.1 Em geral	260
4.2 Abordagem histórica	260
4.3 Incentivos Fiscais para as Pessoas Colectivas: Incentivos para a I&D no CIRC	261
4.3.1 Amortizações	262
4.3.2 Despesas de investigação e desenvolvimento como custos fiscais	263
4.3.3 Crédito fiscal para despesas em I&D	263
4.3.4 O Estatuto do Mecenato Científico	264
4.4 Incentivos Fiscais para as Pessoas Singulares: Incentivos para a I&D no CIRS	265
4.4.1 Base fiscal	265
4.4.2 Deduções	266
4.5 Incentivos Fiscais no Imposto sobre o Valor Acrescentado	266
4.6 Outros Benefícios	267
4.6.1 Benefícios especiais para as zonas francas da Madeira e da ilha de Santa Maria	267
4.6.2 Benefícios fiscais contratuais	267
4.6.3 Benefícios relativos a entidades que desenvolvam actividades de Investigação e Desenvolvimento	268
4.6.4 Incentivos fiscais concedidos a sociedades ou associações científicas internacionais	268
4.7 Incentivos Fiscais nas Convenções sobre Dupla Tributação	269
4.8 Conclusões	270

CAPÍTULO VIII O DIREITO FISCAL INTERNACIONAL

1. Introdução	273
2. As convenções sobre dupla tributação	274
3. Os princípios interpretativos	275
4. Critérios de Residência	278
5. Estabelecimento Estável	279
6. Os dividendos: retenções na fonte	283
7. Juros e royalties	287

8. Pensões	289
9. Métodos usados para eliminar ou reduzir a dupla tributação internacional ...	290
10. Observações Finais	296
11. 'Tax Sparing'	297
12. Conclusões	298

CAPÍTULO IX O DIREITO FISCAL EUROPEU

1. Introdução	299
2. A legislação fiscal da UE: principais diplomas	301
3. O processo de coordenação fiscal na UE	305
3.1 O relatório 'Newmark'	306
3.2 O relatório 'Segré'	306
3.3 O programa da Comissão	307
3.4 O relatório de Van den Tempel	308
3.5 O ponto de vista da Comissão	308
3.6 O relatório 'Ruding'	309
3.7 Os sucessos dos anos 90	311
3.8 Reivindicações jurisdicionais: Problemas postos pela dicotomia nacionalidade – residência	312
3.9 Eliminação da discriminação: em busca da coerência	313
3.10 TJCE: novamente, altura de decidir	313

CAPÍTULO X AS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Introdução	317
2. Classificações	319
3. Breve perspectiva comparada	319

CAPÍTULO XI O DIREITO CONTABILÍSTICO

1. Introdução	321
2. OS IFRS	323

CAPÍTULO XII O PROCEDIMENTO E O PROCESSO TRIBUTÁRIO

1. Introdução	325
1.1 A administração fiscal	326
1.2 A organização judicial	327
1.2.1 A estrutura judicial	327
1.2.2 As recomendações das organizações internacionais	328
2. Processo Fiscal: relação com outros ramos do direito	329
2.1 A jurisdição fiscal vs. jurisdição penal	329
2.2 A importância do direito processual civil e do direito processual administrativo	330
2.3 A delimitação do 'pedido fiscal' e a sua diferenciação do 'pedido administrativo'	330
3. Os princípios processuais e procedimentais fiscais	331
4. A figura do representante da Fazenda Pública	332
5. A representanté do contribuinte	333
6. A importância do Ministério Público e a produção de prova	335
7. As decisões judiciais	336
8. O procedimento e o processo tributário	337
9. Os processos alternativos de resolução de litígios e o seu impacto no direito fiscal actual	340
Conclusões	341

PARTE II

O DIREITO FISCAL DAS (TELE)COMUNICAÇÕES	357
Introdução	357
1. As formas de tributação: os principais impostos	359
1.1. Rendimentos da propriedade intelectual e industrial vs. Rendimentos comerciais ou industriais derivados da prestação de serviços	359
1.2 Os conceitos fiscais de prédio e estabelecimento estável nas (tele) comunicações	364
1.3 A tributação das (tele)comunicações em sede de IVA	366
2. A tributação do rendimento proveniente do comércio electrónico: breve referência	369
3. Análise e impacto da jurisprudência do TJCE	370
Conclusões	374

FISCALIDADE DO DESPORTO	377
Introdução	377
As formas jurídicas	378

PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA - DESENVOLVIMENTOS RECENTES	387
Introdução	387
A crescente importância dos intangíveis e serviços intragrupo	389
Notas finais	395

TRATAMENTO FISCAL DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	397
I. Introdução	397
II. Princípios Fundamentais	398
III. Definições do Direito Comercial	399
IV. Tratamento Fiscal dos Instrumentos Financeiros Derivados: Aspectos Internos e Internacionais	399
V. Conclusões	403

CONFLICTS IN THE ATTRIBUTION OF INCOME TO A PERSON ..	405
1. General Principles	406
1.1. Taxable person	407
1.1.1 Domestic Law	407
1.1.2 Treaties	407
1.2 Tax Credit	408
1.3 Alienation of Income	409
2. Specific Attribution Issues	410
2.1. Deemed Attribution Rules	410
2.1.1. Transparent Entities	411
2.1.2. Other Deemed Attribution Rules	412
2.2. Income from assets	413
2.2.1. Dividends	413
2.2.2. Income accruing over time	414
2.3. Intermediaries	415
2.4. Anti-Avoidance Law	416
2.4.1. Conduits	416
2.4.2 CFC and other Domestic Anti-Avoidance Measures	417
2.4.4. Treaties	418
3. Conflicts in the Attribution of Income	419
3.1. Source Country Taxation	421

3.1.1. Domestic Law	421
3.1.2. Treaties	421
3.2. Residence Country Taxation	422
3.2.1. Taxable person	422
3.2.2. Double taxation relief	423
Conclusions	423

TAX SYSTEMS AND NON-DISCRIMINATION IN THE EUROPEAN

UNION	425
a. Introduction	425
b. Identifying 'Unjustified' Discriminatory Direct Tax Treatments in the EU .	427
c. Defining the boundaries between EU and domestic direct tax juris-	
dictions	430

TAX PLANNING AND NON-DISCRIMINATION IN THE EU	437
Introduction	437
Selected cases from the ECJ	437
Future Developments	445

TAXATION OF ELECTRONIC COMMERCE: THE PORTUGUESE

PERSPECTIVE	447
1. Introduction	447
2. The Legal and Tax Frameworks	449

ÍNDICE REMISSIVO	461
-------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	471
---------------------------	-----

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA INTERNET	481
---	-----

SITES INSTITUCIONAIS E OUTROS RELATIVOS A FISCALIDADE	483
--	-----

PERIÓDICOS SELECIONADOS	485
--------------------------------------	-----